

**IC - Inquérito Civil n. 06.2018.00005108-1**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 83, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 197/2000; e

**FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE ITAJAÍ - FAMAI**, ora **COMPROMISSÁRIA**, pessoa jurídica de direito público interno (fundação pública), criada pela Lei Complementar n. 04/99, inscrita no CNPJ sob o n. 03.842.931/0001-25, com sede na Rua XV de Novembro, 378, Centro, Itajaí/SC, representada por seu Superintendente Interino, Rafael Xavier, devidamente acompanhado da Dra. Ana Paula Silva dos Santos, OAB/SC n. 50734;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal estabelece no artigo 127, *caput*, que o "*Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*";

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 197/00, estabeleceu no artigo 82, inciso XII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 83, I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que o art. 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras

gerações;

**CONSIDERANDO** que, segundo o art. 3º, III, "a", da Lei n. 6.938/81, poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

**CONSIDERANDO** que meio ambiente é *"o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga, e rege a vida em todas as suas formas"* (Lei n. 6.938/81, art. 3º, inciso I), e que poluição é *"a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos"* (inciso III);

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

**CONSIDERANDO** que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos, dentre outros princípios, o preceito de ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo (Lei n. 6.938/1981);

**CONSIDERANDO** o intento da Lei Municipal n. 3552/2000, que declara que ficam imunes ao corte as árvores existentes em locais públicos no Município de Itajaí;

**CONSIDERANDO** o teor do Decreto Municipal n. 10.323/2014, o qual declara imune de corte algumas árvore do Município de Itajaí, que prevê um exemplar de espécie arbórea resguardado, da espécie Ypê Branco, nome científico *Tabebuia roseo-alba*;

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento do Ministério

Público, por meio de correspondência eletrônica encaminhada pelo Sr. Antonio Alberto da Silveira Menezes, a notícia de que a implementação do novo Plano de Mobilidade Urbana de Itajaí prevê a retirada do canteiro central da Av. Marcos Kondes, Centro, além da supressão dos indivíduos arbóreos existentes em toda sua extensão;

**CONSIDERANDO** que a notícia demonstra a insatisfação referente ao projeto, notadamente quanto às mudanças estruturais da referida Avenida, de quase 1.000 (mil) pessoas, as quais assinaram uma petição eletrônica para salvaguardar o canteiro e suas espécies arbóreas;

**CONSIDERANDO** que segundo consta na documentação encaminhada pela Secretaria Municipal de Urbanismo o projeto de implantação dos binários no Centro de Itajaí prevê como princípio a instalação de corredores verdes, que, no caso da Av. Marcos Konder, passará de uma largura de 3 (três) metros e 87 exemplares arbóreos para espaços de 2,3m, 1,2m e 2,1m, totalizando 5,6 metros e 150 exemplares arbóreos (pp. 203/207);

**CONSIDERANDO** que o projeto prevê, ainda, substituição das árvores por exemplares adultos e o transplante das 15 árvores saudáveis da espécie sibipiruna;

**CONSIDERANDO** que a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Itajaí, após a realização de vistoria técnica nas árvores presentes no canteiro central da Av. Marcos Konder, concluiu que existe um total de 87 exemplares, de espécies nativas e exóticas, sendo que apenas 15 encontram-se saudáveis e aptos ao transplante;

**CONSIDERANDO** que, ainda segundo o órgão ambiental, a *Sibipiruna* (um dos exemplares presentes no local) *fornece uma sombra fresca e floração exuberante. Apesar do porte grande e desenvolvimento rápido, ela não produz raízes agressivas, desta forma é boa opção para arborização urbana, na ornamentação de vias públicas, praças e até mesmo em calçamentos. Por suas características ecológicas e facilidade de germinação a sibipiruna também é uma espécie de eleição para reflorestamentos* (pp. 221/230);

**CONSIDERANDO** as considerações finais expostas pela FAMAI no Parecer Técnico n. 706/2018, quais sejam:

[...] Avenida Marcos Konder é uma das únicas Avenidas que compõe o Sistema Viário do Município de Itajaí que possui uma arborização

urbana disposta de maneira ordenada com canteiro próprio, além disso as referidas árvores além da beleza cênica, propiciam a manutenção de microclima na área urbana (Vias e Praças arborizadas diminuem o efeito das ilhas de calor comumente associadas a grandes centros urbanos por não somente criarem mas também manterem microclimas com temperaturas mais amenas), bem como a redução de poluição do ar (através de suas copas atuam como retentoras de partículas suspensas no ar atmosférico) e sonora (atuam na contenção e evita a propagação de ondas sonoras) e a remoção das mesmas pode vir a causar grande impacto Sócio Ambiental principalmente no que diz respeito ao bem estar da população de maneira geral. Tais efeitos podem extrapolar até mesmo sobre a fauna local, pois apesar de se encontrarem num centro urbano desenvolvido muitas espécies de aves que ali transitam nidificam também nestas árvores, sendo estas também abrigo das mesmas [...] (pp. 246/254).

**CONSIDERANDO** a importância que o corredor verde representa nos centros urbanos, seja pela beleza cênica, bem-estar gerado à população, contribuição na melhoria e manutenção da qualidade do ar em razão da grande circulação de veículos, auxílio na redução da propagação de ruídos e na própria manutenção do sistema ecossistema local, diante da utilização dos exemplares arbóreos por muitas espécies de aves para nidificação;

**CONSIDERANDO** que para que os corredores verdes tenham sua eficácia preservada é necessária a observância dos quesitos técnicos quanto à espécie, altura e disposição dos exemplares arbóreos;

**CONSIDERANDO** que diante da importância e do impacto que a presença de exemplares arbóreos nas vias de grande circulação representam o plano de mobilidade urbana se mostra como ferramenta para viabilizar e garantir a expansão dos corredores verdes não só na Av. Marcos Konder, como em todas as outras vias integrantes do projeto;

**CONSIDERANDO** que o processo de licenciamento para implantação dos binários no centro de Itajaí ainda não foi concluído, o que possibilita sua revisão para adequação no tocante aos corredores verdes;

**RESOLVEM** celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA 1ª** A COMPROMISSÁRIA compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a observar no curso dos processos de licenciamento ambiental e de autorizações de corte relacionados ao projeto de

mobilidade urbana para implantação dos binários, a manutenção das funções dos corredores verdes, mediante a exigência do plantio de exemplares arbóreos adultos similares aos já existentes no canteiro central da Av Marcos Konder (*Sibipiruna ou outro*), especialmente em relação ao volume de folhas, que propiciam maior sombreamento e absorção de ruídos.

**Parágrafo 1º:** No caso de inviabilidade da utilização da espécie *Sibipiruna* por questões práticas e técnicas, a nova espécie a ser utilizada deverá ser capaz de manter as características já existentes no canteiro central e, principalmente, as funções dos corredores verdes.

**Parágrafo 2º:** Serão inseridos no corredor verde apenas indivíduos arbóreos adultos, em quantidade não inferior àquela já definida no projeto, qual seja, 150 (cento e cinquenta) exemplares e não inferior a 2 (dois) metros de altura.

**CLÁUSULA 2ª** - A Compromissária compromete-se, quando da fase da implantação do projeto do binário da Av. Marcos Konder, a determinar que a área permaneça o menor tempo possível sem a presença do corredor verde, ou seja, a retirada do canteiro central só deverá ser realizada quando a nova área de plantio já estiver disponível e apta a receber os exemplares arbóreos indicados na licença ambiental.

**Parágrafo único:** A Compromissária compromete-se a acompanhar, supervisionar e oferecer o suporte técnico necessário caso seja realizado o transplante dos exemplares arbóreos saudáveis presentes no canteiro central da Av. Marcos Konder, a fim de garantir o sucesso do processo e a manutenção de cada indivíduo.

**CLÁUSULA 3ª** - A compromissária compromete-se a exigir no licenciamento ambiental a realização de manutenção periódica dos indivíduos arbóreos de acordo com as necessidades e cuidados que a espécie demanda, por meio de servidores capacitados, evitando-se, dessa forma, a situação constatada atualmente nas árvores que compõe o canteiro central decorrente de podas mal executadas (p. 249).

**CLÁUSULA 4ª:** A compromissária compromete-se a apresentar relatórios bimestrais perante esta Promotoria de Justiça acerca das medidas adotadas no curso do processo de licenciamento para cumprimento das cláusulas

ora pactuadas.

**CLÁUSULA 5ª** - O descumprimento ou violação das Cláusulas 1ª e seus parágrafos 1º e 2º, 2ª e seu parágrafo único e cláusula 3ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa no importe de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por evento constatado, com a imediata execução das obrigações de fazer, sem prejuízo da apuração da responsabilidade (civil/criminal) e da prática de atos de improbidade administrativa dos envolvidos;

**Parágrafo Único:** As multas dispostas serão recolhidas ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, CNPJ: 76.276.849/0001-54, disciplinado pelo Decreto 1.047/87, valor a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça.

**CLÁUSULA 6ª** - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

**CLÁUSULA 7ª** - As partes poderão rever o presente termo, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 8ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso firmado em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Itajaí, 14 de janeiro de 2019

**ALVARO PEREIRA OLIVEIRA MELO**  
Promotor de Justiça

**Rafael Xavier**  
Superintendente interino da FAMAI

**Dra. Ana Paula Silva dos Santos**  
OAB/SC n. 50734

**Marcos Paulo Morfim**  
Analista Ambiental/Biólogo